REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 21/09/2026 - **Accepted:** 14/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/p6yxjt88
Pages: 1-23

TECNOLOGIAS SOCIAIS E PROPRIEDADE INTELECTUAL NA GESTÃO DIGITAL DE DOAÇÕES: UMA ANÁLISE DE PLATAFORMAS NO TERCEIRO SETOR

SOCIAL TECHNOLOGIES AND INTELLECTUAL PROPERTY IN DIGITAL DONATION MANAGEMENT: AN ANALYSIS OF THIRD SECTOR PLATFORMS

TECNOLOGÍAS SOCIALES Y PROPIEDAD INTELECTUAL EN LA GESTIÓN DIGITAL DE DONACIONES: UN ANÁLISIS DE PLATAFORMAS EN EL TERCER SECTOR

Dione Locks
Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil
E-mail: dione.locks@gmail.com
Samuel Bellido Rodrigues
Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil
E-mail: samuelb@utfpr.edu.br
Cidmar Ortiz dos Santos
Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil
E-mail: cidmar@utfpr.edu.br
Jairo Marlon Correa
Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil
E-mail: jairocorrea@utfpr.edu.br
Tásia Hickmann
Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil
E-mail: hickmann@utfpr.edu.br

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 21/09/2026 - **Accepted:** 14/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/p6yxjt88
Pages: 1-23

Resumo

O avanço tecnológico e a transformação digital têm desafiado o funcionamento das organizações do terceiro setor, exigindo reestruturações estratégicas e culturais para superar processos burocráticos analógicos e a opacidade na prestação de contas (*accountability*). Diante disso, este estudo teve como objetivo analisar as plataformas digitais de gestão de doações disponíveis no mercado sob a perspectiva das tecnologias sociais e da propriedade intelectual, identificando limitações de adequação sociotécnica, transparência e replicabilidade. Metodologicamente, caracteriza-se como uma pesquisa aplicada e qualitativa, com fins exploratórios e descritivos, realizada por meio de pesquisa bibliográfica, documental e levantamento empírico em bancos de dados do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e na loja virtual Google Play Store. O cruzamento de dados evidenciou a existência de um "vale da morte" na transferência de tecnologia social, em que diversas ferramentas patenteadas ou registradas estão ausentes do mercado. Os testes operacionais concentraram-se nos aplicativos DOEI, SOLIDARIZANDO e OLIO, revelando severas limitações comuns, tais como a cobrança de taxas financeiras operacionais, barreiras logísticas impostas ao doador, exclusão idiomática e um alarmante vazio tecnológico territorial em municípios do interior. Ademais, constatou-se uma persistente opacidade de destinação, haja vista que nenhuma das plataformas fornece relatórios estruturados de impacto social pós-alocação. Como contribuição prática e conceitual, o artigo propõe um *framework* de diretrizes fundamentado na propriedade intelectual, englobando o registro de software atrelado a licenças de código aberto restritivo (*Copyleft*), proteção de marcas para blindagem reputacional e desenho industrial para adequação sociotécnica de interfaces, posicionando a propriedade intelectual como um mecanismo catalisador de governança democrática, sustentabilidade humana e viabilidade financeira no ecossistema do terceiro setor.

Palavras-chave: Associações sem fins lucrativos; Doação; Aplicativos móveis; Tecnologia - Aspectos sociais; Prestação de contas.

Abstract

Technological advancement and digital transformation have challenged the operation of third-sector organizations, requiring strategic and cultural restructurings to overcome analog bureaucratic processes and opacity in accountability. Given this context, this study aimed to analyze the digital donation management platforms available on the market through the lens of social technologies and intellectual property, identifying limitations regarding sociotechnical suitability, transparency, and replicability. Methodologically, it is characterized as an applied, qualitative research with exploratory and descriptive objectives, conducted through bibliographic and documentary research alongside an empirical survey of databases from the National Institute of Industrial Property (INPI) and the Google Play Store. The cross-referencing of data revealed the existence of a "valley of death" in social technology transfer, where several patented or registered tools are absent from the market. Operational tests focused on the DOEI, SOLIDARIZANDO, and OLIO applications, uncovering severe common limitations such as the charging of operational financial fees, logistical barriers imposed on donors, language exclusion, and an alarming territorial technology gap in interior municipalities. Furthermore, a persistent opacity regarding destination was observed, given that none of the platforms provide structured reports on post-allocation social impact. As a practical and conceptual contribution, the article proposes a guideline framework based on intellectual property, encompassing software registration tied to restrictive open-source licenses (Copyleft), trademark protection for reputational shielding, and industrial design for the sociotechnical adaptation of interfaces—positioning intellectual property as a catalyst for democratic governance, human sustainability, and financial viability within the third-sector ecosystem.

Keywords: Non-profit associations; Donation; Mobile applications; Technology - Social aspects; Accountability.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 21/09/2026 - **Accepted:** 14/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/p6yxjt88
Pages: 1-23

Resumen

El avance tecnológico y la transformación digital han desafiado el funcionamiento de las organizaciones del tercer sector, exigiendo reestructuraciones estratégicas y culturales para superar procesos burocráticos analógicos y la opacidad en la rendición de cuentas (*accountability*). Ante esto, este estudio tuvo como objetivo analizar las plataformas digitales de gestión de donaciones disponibles en el mercado bajo la perspectiva de las tecnologías sociales y de la propiedad intelectual, identificando limitaciones de adecuación sociotécnica, transparencia y replicabilidad. Metodológicamente, se caracteriza como una investigación aplicada y cualitativa, con fines exploratorios y descriptivos, realizada mediante investigación bibliográfica, documental y un levantamiento empírico en bases de datos del Instituto Nacional de la Propiedad Industrial (INPI) y en la tienda virtual Google Play Store. El cruce de datos evidenció la existencia de un "valle de la muerte" en la transferencia de tecnología social, en el que diversas herramientas patentadas o registradas están ausentes del mercado. Las pruebas operacionales se concentraron en las aplicaciones DOEI, SOLIDARIZANDO y OLIO, revelando severas limitaciones comunes, tales como el cobro de tasas financieras operacionales, barreras logísticas impuestas al donante, exclusión idiomática y un alarmante vacío tecnológico territorial en municipios del interior. Además, se constató una persistente opacidad en la destinación, toda vez que ninguna de las plataformas proporciona informes estructurados de impacto social posasignación. Como contribución práctica y conceptual, el artículo propone un marco de directrices (*framework*) fundamentado en la propiedad intelectual, que abarca el registro de software vinculado a licencias de código abierto restrictivo (*Copyleft*), protección de marcas para blindaje reputacional y diseño industrial para la adecuación sociotécnica de interfaces, posicionando a la propiedad intelectual como un mecanismo catalizador de gobernanza democrática, sostenibilidad humana y viabilidad financiera en el ecosistema del tercer sector.

Palabras clave: Asociaciones sin fines de lucro; Donación; Aplicaciones móviles; Tecnología - Aspectos sociales; Rendición de cuentas.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 21/09/2026 - **Accepted:** 14/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/p6yxjt88
Pages: 1-23

1. Introdução

O avanço tecnológico acelerado tem reconfigurado profundamente as dinâmicas de trabalho, convivência e consumo na sociedade contemporânea. No ambiente organizacional, essa realidade se materializa por meio da transformação digital, conceito complexo que transcende a mera adoção de ferramentas isoladas ou a digitalização de processos analógicos (VIAL, 2019). A transformação digital caracteriza-se como uma reestruturação estratégica e cultural profunda, impulsionada pelas tecnologias digitais, capaz de modificar substancialmente os modelos de atuação e as propostas de geração de valor das instituições (VERHOEF, 2021). Embora amplamente debatido e consolidado no ambiente corporativo tradicional, esse fenômeno passa a ser um vetor de interesse crescente também para o terceiro setor, desafiando a lógica de funcionamento das organizações da sociedade civil (OSCs) e das organizações não governamentais (ONGs) (SCHERER, 2023). Nesse contexto, a incorporação de soluções digitais voltadas à gestão de recursos e à articulação de ações solidárias tem se tornado um elemento estratégico para ampliar a eficiência operacional, a transparência e a capacidade de geração de impacto social dessas instituições.

Historicamente, a gestão de ações sociais e o fluxo de captação de recursos e doações enfrentam desafios associados a modelos tradicionais de administração. O cotidiano de muitas entidades sociais ainda é marcado por processos operacionais excessivamente burocráticos, descentralização de informações em arquivos físicos e fragilidade no tratamento de dados sensíveis dos assistidos. Essa falta de integração e a predominância de processos pouco informatizados geram um consumo indevido de tempo e de força de trabalho, recursos frequentemente escassos e que deveriam concentrar-se na atividade-fim e no impacto social direto. Ademais, a ausência de mecanismos transparentes de prestação de contas (*accountability*) dificulta a consolidação de uma relação estável de confiança com a comunidade, desestimulando a fidelização de doadores e limitando a sustentabilidade de longo prazo das iniciativas solidárias. Nesse sentido, a adoção de plataformas digitais de gestão de doações emerge como uma alternativa capaz

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 21/09/2026 - **Accepted:** 14/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/p6yxjt88
Pages: 1-23

de apoiar a modernização dos processos organizacionais e fortalecer a governança nas organizações do terceiro setor.

A disponibilidade e as funcionalidades das plataformas digitais voltadas à intermediação entre doadores e beneficiários podem variar conforme o ambiente de busca e o tipo de solução considerado, incluindo aplicativos móveis e serviços acessíveis pela web. Ainda assim, a simples existência dessas ferramentas não garante que elas incorporem princípios associados às tecnologias sociais, tais como a replicabilidade, a adequação sociotécnica, a acessibilidade e a transparência na prestação de contas. Além disso, a análise dessas soluções em conjunto com a propriedade intelectual permite discutir possibilidades e limites para sua proteção, disseminação e replicabilidade, sem pressupor que esses mecanismos, isoladamente, garantam sua sustentabilidade ou seu impacto social. Nesse contexto, emerge a seguinte questão de pesquisa: como as soluções digitais de gestão de doações identificadas neste estudo se apresentam quanto a aspectos relacionados às tecnologias sociais e à propriedade intelectual, e quais possibilidad

A justificativa deste estudo fundamenta-se na necessidade de compreender os gargalos práticos enfrentados por organizações de base comunitária, a exemplo das pastorais, associações de moradores, organizações não governamentais (ONGs) e instituições filantrópicas de assistência social, no gerenciamento de seus fluxos de recebimentos de insumos e recursos. Embora a transformação digital tenha sido amplamente discutida em ambientes corporativos, a análise de plataformas digitais de doação sob a perspectiva integrada das tecnologias sociais e da propriedade intelectual constitui uma oportunidade de investigação relevante para compreender os desafios de adoção, governança e replicabilidade dessas soluções no terceiro setor.

A relevância teórica reside em conectar os conceitos de transformação digital e propriedade intelectual (PI) ao campo do terceiro setor, articulando-os às discussões sobre inovação social, governança e transferência de tecnologia. Além disso, o estudo contribui para ampliar a compreensão sobre as limitações e potencialidades das soluções digitais identificadas no levantamento. Sob o aspecto

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 21/09/2026 - **Accepted:** 14/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/p6yxjt88
Pages: 1-23

prático e social, a pesquisa oferece elementos exploratórios que podem auxiliar gestores sociais. Sob o aspecto prático e social, a pesquisa oferece elementos exploratórios que podem auxiliar gestores sociais na escolha de ferramentas digitais ou na concepção de novos projetos institucionais alinhados às normas de inovação do país bem como subsidiar instituições de ciência e tecnologia e organizações da sociedade civil na construção de soluções mais transparentes, replicáveis e adequadas às demandas locais.

O objetivo geral deste artigo é realizar a análise exploratória de soluções digitais de gestão de doações identificadas por meio de levantamento documental e, entre elas, as três plataformas submetidas a testes operacionais sob a perspectiva das tecnologias sociais e da propriedade intelectual, identificando limitações observáveis relacionadas à adequação sociotécnica, à transparência e à replicabilidade e discutindo diretrizes preliminares para a governança dessas soluções no terceiro setor, à adequação sociotécnica, à transparência e à replicabilidade, propondo diretrizes voltadas ao desenvolvimento de soluções mais adequadas às necessidades das organizações do terceiro setor.

2. Revisão da Literatura

2.1. Transformação Digital no Terceiro Setor e a Busca por *Accountability*

A inserção do terceiro setor na dinâmica da transformação digital exige uma mudança de paradigma contábil, administrativo e cultural. Madeira e Biancardi (2003) apontam que um dos maiores desafios históricos na consolidação de estatísticas e no reconhecimento da importância socioeconômica do terceiro setor reside justamente na fragmentação e opacidade de seus dados operacionais. Esse cenário é agravado pela ausência de ferramentas de gestão integradas e processos auditáveis, o que, conforme sinaliza Marques (2021), obscurece o desempenho real das entidades e alimenta um desconhecimento público sobre a capacidade gerencial e sobre a inserção comunitária de tais instituições.

Essa fragilidade de governança é agravada pelo fenômeno da burocratização analógica. Conforme analisado por Souza (2009), a dependência de fluxos manuais de trabalho e a ausência de ferramentas de tecnologia da informação nas

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 21/09/2026 - **Accepted:** 14/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/p6yxjt88
Pages: 1-23

organizações de assistência social criam estruturas rígidas que drenam os recursos institucionais. Esse aprisionamento em rotinas cartoriais e puramente fiscalizatórias restringe a atuação comunitária, um cenário que, sob a ótica da transformação digital, só é rompido por meio da reestruturação estratégica e da implementação de processos automatizados e integrados (VIEIRA, 2022).

Para superar esse estado de obsolescência gerencial, a literatura propõe a transição para modelos baseados na gestão baseada em valor. Conforme demonstrado por Assaf Neto, Araújo e Fregonesi (2006), embora a gestão baseada em valor tenha sido concebida no universo das corporações de capital aberto, sua lógica conceitual é perfeitamente aplicável ao terceiro setor, onde o 'valor' passa a ser quantificado em termos de eficácia social, otimização de insumos e transparência absoluta. Essa abordagem conceitual ganha contornos práticos na atualidade por meio do desenvolvimento de ecossistemas digitais e editais de fomento que exigem o rastreamento em tempo real do impacto social gerado pelas organizações (Fundação Banco do Brasil, 2026).

2.2. Tecnologias Sociais e Adequação Sociotécnica

Para que uma solução digital faça sentido em um ambiente comunitário e sem fins lucrativos, ela precisa desvencilhar-se da lógica comercial utilitarista e alinhar-se aos preceitos das tecnologias sociais. Afastando-se dos mitos da neutralidade da ciência e do determinismo tecnológico, Dagnino (2008) propõe que os artefatos técnicos carregam intrinsecamente os interesses da sociedade que os produziu, tornando as ferramentas capitalistas convencionais inadequadas para o terceiro setor. Essa necessária adequação sociotécnica das plataformas digitais exige, fundamentalmente, um redesenho metodológico que promova o diálogo entre o conhecimento técnico e o saber popular, transformando a tecnologia em um instrumento de emancipação e protagonismo social (SANTOS, 2023).

Nesse sentido, Santos (2023) reforça que as tecnologias sociais representam um novo modo de fazer e pensar a ciência, cuja apropriação por parte da comunidade transforma uma técnica isolada em um direito de desenvolvimento sociocultural e emancipatório. Essa premissa dialoga diretamente com as reflexões

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 21/09/2026 - **Accepted:** 14/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/p6yxjt88
Pages: 1-23

de Costa (2025), que posiciona a extensão universitária como metodologia essencial para mediar o saber acadêmico e as demandas reais do terceiro setor, convertendo o conhecimento em bem público. Essa articulação entre apropriação comunitária e suporte institucional consolida as bases conceituais necessárias para que as soluções digitais promovam a sustentabilidade e o bem-viver nas localidades atendidas por cada organização (OSOEGAWA & CHAVES, 2024).

2.3. O Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação e a Propriedade Intelectual

A consolidação de inovações voltadas ao ambiente social encontrou amparo normativo com a modernização do ecossistema de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) no Brasil. O estabelecimento do novo Marco Legal de CT&I (Emenda Constitucional nº 85/2015, Lei nº 13.243/2016 e Decreto nº 9.283/2018) flexibilizou de forma inédita as fronteiras entre as Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) públicas, as empresas privadas e as entidades do Terceiro Setor. Esse arcabouço autoriza expressamente o compartilhamento de infraestruturas laboratoriais, o repasse de recursos públicos por meio de subvenção econômica e a celebração de termos de cooperação desburocratizados voltados à resolução de gargalos sociais e à promoção do desenvolvimento regional (MCTI, 2024).

Dentro desse novo paradigma regulatório, a atuação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) adquire contornos que extrapolam a tradicional reserva de mercado empresarial. Conforme preconizado por Neder (2009), é urgente construir caminhos para que os recursos destinados à inovação amparem igualmente os ambientes de inclusão social, mediante a regulação de direitos de propriedade comum. A propriedade intelectual (PI), quando direcionada ao terceiro setor, deixa de visar ao monopólio comercial para atuar como salvaguarda jurídica, garantindo que o conhecimento coletivo permaneça protegido contra apropriações privadas indébitas, um desafio que exige a revisão das práticas tradicionais de transferência tecnológica e proteção vigentes no país (PICHETTI, 2018).

2.4. Ativos de Propriedade Intelectual para Soluções Digitais

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 21/09/2026 - **Accepted:** 14/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/p6yxjt88
Pages: 1-23

A estruturação de ferramentas digitais de apoio às organizações da sociedade civil envolve o mapeamento dos ativos intangíveis passíveis de proteção junto ao INPI. Cada componente de uma solução de software demanda uma abordagem protetiva distinta, a saber:

1. Registro de programa de computador (Lei nº 9.609/1998): O código-fonte, os scripts e as estruturas lógicas do software são equiparados aos direitos de autor. O registro confere segurança jurídica internacional por 50 anos, sendo prova de anterioridade vital para mitigar litígios e qualificar a organização a concorrer a editais governamentais de inovação.
2. Registro de marca (Lei nº 9.279/1996): O nome comercial, os logotipos e as identidades visuais de projetos de doação devem ser protegidos contra imitações. No terceiro setor, o registro da marca atua na preservação da reputação institucional e previne fraudes que utilizem indevidamente a imagem da instituição para fins escusos.
3. Registro de desenho industrial (Lei nº 9.279/1996): Tutela o aspecto estético ornamental externo do objeto. No contexto dos aplicativos móveis, isso se aplica diretamente ao design das interfaces gráficas do usuário, salvaguardando o esforço de arquitetura de informação e usabilidade projetado para a acessibilidade de populações diversas.

2.5. Mecanismos de Governança e Transferência de Tecnologia Social

As rotinas operacionais dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) das universidades brasileiras foram historicamente desenhadas sob uma perspectiva puramente mercantil, focando os fluxos de Transferência de Tecnologia (TT) na venda de licenças exclusivas para empresas comerciais. Para reverter esse isolamento acadêmico e viabilizar o impacto social, as organizações sem fins lucrativos devem se apropriar formalmente dos ativos de propriedade intelectual como um mecanismo de governança democrática. Essa transição torna-se fundamental porque, como evidenciado por Nascimento, Borges-Andrade e Porto (2016), o Terceiro Setor promove contextos organizacionais muito peculiares, que

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 21/09/2026 - **Accepted:** 14/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/p6yxjt88
Pages: 1-23

exigem ferramentas, fluxos e teorias moldadas especificamente para o fazer humano fora da lógica do lucro e da exclusividade comercial.

Ao obter o registro do software e das marcas associadas junto ao INPI, a instituição adquire a legitimidade necessária para pactuar acordos de transferência de tecnologia orientados para o interesse público. A titularidade jurídica permite a adoção de licenças abertas com restrições mútuas, arranjo este que viabiliza a replicabilidade sob os preceitos do software livre. Embora a Lei nº 9.609/1998 estabeleça o regime de proteção à propriedade intelectual do programa de computador com base nos direitos de autor, ela confere ao titular o poder de ditar as regras de uso, alteração e distribuição da obra.

Dessa forma, ao optar por licenças do tipo *Copyleft* ou *Creative Commons* customizadas respaldadas pela referida legislação, garante-se juridicamente que o código-fonte e a metodologia permaneçam em regime de propriedade comum, assegurando as liberdades fundamentais de executar, copiar, distribuir, estudar, modificar e aperfeiçoar o programa. Esse mecanismo assegura que a solução permaneça permanentemente livre para replicação por outras organizações, ao mesmo tempo em que outorga à entidade criadora o poder legal de proibir que empresas terceiras privatizem o código, mercantilizem o acesso à plataforma ou desvirtuem as finalidades éticas e socioambientais originais do projeto.

3. Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, de natureza qualitativa, com fins exploratórios e descritivos buscando gerar conhecimentos voltados à compreensão de problemas concretos relacionados à gestão digital de doações no terceiro setor (GIL, 2019; PRODANOV; FREITAS, 2013). A estratégia de investigação deu-se por meio de pesquisa bibliográfica e documental, contemplando a literatura científica pertinente, o arcabouço regulatório relacionado à propriedade intelectual e as informações disponíveis sobre soluções tecnológicas voltadas à gestão de doações. A investigação foi organizada em três procedimentos complementares: (i) levantamento bibliográfico e documental; (ii) busca de informações sobre ativos de propriedade intelectual nos bancos de dados do Instituto

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 21/09/2026 - **Accepted:** 14/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/p6yxjt88
Pages: 1-23

Nacional da Propriedade Industrial (INPI); e (iii) mapeamento e análise exploratória de plataformas digitais relacionadas à gestão de doações. Essa organização permitiu articular as informações documentais sobre as soluções identificadas com a observação de funcionalidades das plataformas acessíveis para utilização prática.

A etapa de levantamento empírico e coleta de dados ocorreu em abril e maio de 2026. Os procedimentos de coleta foram organizados em duas etapas complementares: A primeira concentrou-se na consulta aos bancos de dados do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), abrangendo registros de programas de computador, marcas e documentos patentários relacionados a soluções voltadas à troca, compartilhamento e doação de produtos e serviços. Para tanto, foram empregados termos de busca associados às expressões "doação", "troca", "produtos", "serviços" e correlatos. A segunda etapa consistiu no mapeamento de plataformas digitais disponíveis para utilização prática, por meio de buscas realizadas na Google Play Store, visando identificar soluções em operação e acessíveis aos usuários. Nessa etapa, foram consideradas apenas as plataformas passíveis de instalação e utilização efetiva, permitindo a realização de testes de navegação, simulação de fluxos operacionais e observação de funcionalidades relacionadas à gestão de doações. Também foram consideradas informações obtidas em mecanismos de busca convencionais para identificar soluções mencionadas publicamente, mas não localizadas para instalação na loja consultada.

O levantamento teve caráter exploratório e não foi concebido como um censo de todas as plataformas digitais de doação existentes. A busca na Google Play Store delimitou o universo de aplicativos considerados para os testes operacionais; portanto, a investigação não permite afirmar que todas as soluções disponíveis na web, em outras lojas de aplicativos ou em outros ambientes digitais tenham sido identificadas. Para assegurar a reprodutibilidade do procedimento, devem ser informados, a partir dos registros efetivamente utilizados pelos pesquisadores, os dias ou intervalos específicos das buscas, as expressões completas inseridas em cada fonte, os filtros aplicados e, quando disponível, a quantidade de resultados

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 21/09/2026 - **Accepted:** 14/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/p6yxjt88
Pages: 1-23

recuperados. Esses dados devem ser apresentados sem reconstrução retrospectiva de procedimentos que não tenham sido documentados.

Ao todo, a combinação das buscas resultou no conjunto de soluções apresentado no Quadro 2, que reúne nove entradas: DOEI, SOLIDARIZANDO, OLIO, Bussola Social, Servante Keeper, Solidário Express, iHOPE, DONNOS e o pedido referente ao "Aplicativo para troca e/ou doação de produtos e serviços". Posteriormente, procedeu-se à triagem dessas ferramentas com base em critérios de disponibilidade e operacionalidade, considerando-se a possibilidade de instalação, acesso às funcionalidades e realização de testes de navegação. Para fins de análise, foram diferenciadas as soluções identificadas por consulta documental ou busca na internet daquelas efetivamente acessíveis para testes operacionais. Essa distinção é necessária porque a identificação de uma solução em uma base documental ou em um mecanismo de busca não significa, por si só, que ela esteja disponível para uso no momento da investigação. Posteriormente, procedeu-se à triagem dessas ferramentas com base em critérios de disponibilidade e operacionalidade, considerando-se a possibilidade de instalação, acesso às funcionalidades e realização de testes de navegação.

No entanto, o cruzamento de dados revelou situações de indisponibilidade para os testes operacionais nas fontes consultadas. Dos aplicativos localizados com registros formais ou pedidos de propriedade intelectual no INPI, o sistema iHOPE, o sistema DONNOS e a patente denominada "Aplicativo para troca e/ou doação de produtos e serviços" não puderam ser avaliados operacionalmente, uma vez que não foi possível localizá-los para download ou utilização na plataforma *Play Store*. Situação semelhante foi observada para as ferramentas *Bussola Social*, *Servante Keeper* e *Solidário Express*, sugeridas em mecanismos de busca convencionais, mas indisponíveis na loja virtual. Assim, a análise comparativa concentrou-se nas três plataformas que apresentavam condições efetivas de utilização (DOEI, SOLIDARIZANDO e OLIO), possibilitando a realização de testes de usabilidade e a observação de aspectos relacionados à localização geográfica das iniciativas, mecanismos de interação entre usuários, disponibilidade de informações para

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 21/09/2026 - **Accepted:** 14/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/p6yxjt88
Pages: 1-23

prestação de contas, barreiras logísticas, idioma de operação e demais funcionalidades associadas à gestão de doações. A não localização dessas soluções nas fontes consultadas foi tratada como uma limitação de acesso para os testes, não como comprovação de encerramento das atividades, fracasso comercial ou ausência de transferência de tecnologia.

Nesse contexto, a análise das plataformas fundamentou-se na observação das características identificadas durante os testes de utilização, considerando aspectos relacionados no Quadro 1. Esses aspectos foram empregados como dimensões de observação comparativa, e não como uma escala validada de avaliação. A análise teve como foco as funcionalidades e informações acessíveis durante os procedimentos realizados, não abrangendo, salvo quando expressamente indicado nos resultados, auditorias técnicas, testes sistemáticos com usuários ou verificações independentes de conformidade jurídica e de segurança da informação.

Quadro 1 - Aspectos considerados na análise das plataformas digitais

Aspecto analisado	Descrição
Disponibilidade operacional	Possibilidade de instalação e utilização da plataforma.
Funcionalidades	Recursos disponibilizados para a gestão das doações.
Usabilidade	Facilidade de navegação e acesso às funcionalidades.
Geolocalização	Possibilidade de identificação de iniciativas ou usuários próximos.
Logística	Aspectos relacionados à coleta e entrega das doações.
Idioma de operação	Disponibilidade da interface em língua portuguesa.
Transparência e prestação de contas	Disponibilidade de informações sobre a destinação e o impacto das doações.
Segurança e privacidade de dados	Conformidade com leis de proteção de dados (como a LGPD) para garantir o armazenamento seguro de informações pessoais e bancárias dos doadores.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 21/09/2026 - **Accepted:** 14/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/p6yxjt88
Pages: 1-23

Mecanismos de engajamento e feedback	Presença de notificações, gamificação, relatórios de impacto personalizados ou canais de agradecimento para reter e motivar os doadores.
Acessibilidade digital	Adaptação da plataforma para pessoas com deficiência (compatibilidade com leitores de tela, alto contraste, caminhos simplificados).
Integração de meios de pagamento	Diversidade e facilidade de métodos para doações financeiras (PIX, cartão de crédito, boleto) e taxas cobradas pelas intermediadoras.
Suporte e canais de atendimento	Canais de ajuda disponíveis (chatbots, e-mail, FAQ) para resolver problemas de doadores, receptores ou voluntários.
Moderação e validação de campanhas	Processo de auditoria da plataforma para checar se as campanhas de doação e os perfis cadastrados são legítimos, evitando fraudes.
Situação no INPI	Verificação de registros de propriedade intelectual

Fonte: Autoria própria (2026)

A partir desses procedimentos, foi possível realizar uma análise comparativa das plataformas selecionadas, permitindo identificar suas potencialidades, limitações e lacunas sob a perspectiva das tecnologias sociais e da propriedade intelectual aplicadas à gestão digital de doações no terceiro setor. A interpretação dos resultados considerou o caráter exploratório da investigação e o número limitado de plataformas submetidas a testes operacionais. Por essa razão, os achados são apresentados como evidências relativas às soluções e às condições examinadas, não sendo utilizados, isoladamente, para estimar a prevalência das limitações identificadas no conjunto de plataformas de doação existentes ou para estabelecer relações causais sobre a continuidade, a adoção ou a transferência de tecnologia.

Por fim, a investigação combinou a observação das plataformas com o levantamento documental de informações sobre propriedade intelectual. Essas duas fontes foram tratadas de maneira complementar, mas distinta: a primeira permitiu descrever funcionalidades e limitações percebidas durante os testes; a segunda permitiu identificar informações disponíveis nas bases consultadas sobre ativos ou pedidos de propriedade intelectual. O cruzamento dessas fontes subsidiou a discussão sobre a relação entre disponibilidade operac

4. Resultados e Discussão

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 21/09/2026 - **Accepted:** 14/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/p6yxjt88
Pages: 1-23

4.1. Apresentação e análise comparativa dos *benchmarks*

O mapeamento realizado evidenciou diferentes focos e estratégias de intermediação entre doadores e beneficiários, mas também revelou gargalos de aplicação regional, conformidade técnica e permanência no mercado. O quadro 2 consolida a situação e as características essenciais observadas durante a triagem de todas as soluções mapeadas na pesquisa.

Quadro 2 - Comparativo geral das plataformas de doação analisadas

Aplicativo / Sistema	Fonte da informação	Disponível para Download?	Status de utilização na pesquisa	Principal escopo / limitação
DOEI	Google / Play Store	Sim	Sim (Testado)	Intermediação monetária; desconto de taxa operacional de ~3,66%.
SOLIDARIZANDO	Google / Play Store	Sim	Sim (Testado)	Engajamento de voluntários; barreira logística de entrega presencial.
OLIO	Google / Play Store	Sim	Sim (Testado)	Combate ao desperdício de comida; limitação de idioma (apenas em inglês).
BUSSOLA SOCIAL	Google	Não	Não (Ausente da Play Store)	Inviabilizado para testes operacionais.
SERVANTE KEEPER	Google	Não	Não (Ausente da Play Store)	Inviabilizado para testes operacionais.
SOLIDÁRIO EXPRESS	Google	Não	Não (Ausente da Play Store)	Inviabilizado para testes operacionais.
iHOPE	Banco de dados INPI	Não	Não (Ausente da Play Store)	Retido na esfera de proteção de PI; sem inserção de mercado.
DONNOS	Banco de dados INPI	Não	Não (Ausente da Play Store)	Retido na esfera de proteção de PI; sem inserção de mercado.
App para troca/doação	Banco de Dados INPI	Não	Não (Ausente da Play Store)	Pedido de patente tecnológica; sem aplicação comercial disponível.

Fonte: Autoria própria (2026).

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 21/09/2026 - **Accepted:** 14/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/p6yxjt88
Pages: 1-23

A presença dos sistemas *iHOPE*, *DONNOS* e do *'Aplicativo para troca e/ou doação de produtos e serviços'* nos registros consultados do INPI, sem que tenha sido possível localizá-los para teste na Google Play Store, evidencia uma diferença entre a identificação documental de soluções e sua disponibilidade operacional nesse ambiente. Entretanto, esse resultado, isoladamente, não permite concluir que as soluções tenham falhado ou que exista um “vale da morte” na transferência de tecnologia social no Brasil.

Dentre as principais hipóteses para que tais soluções falhem em alcançar a aplicação prática, destaca-se, inicialmente, a barreira do baixo letramento digital e o perfil geracional dos *stakeholders*. Conforme discutido por Nascimento, Borges-Andrade e Porto (2016), as características dos contextos organizacionais do terceiro setor devem ser consideradas no desenvolvimento e na implementação de soluções digitais, sem pressupor que um único fator explique sua adoção ou descontinuidade.

Adicionalmente, questões relacionadas à governança contábil e à confiança na destinação dos recursos constituem aspectos relevantes para a gestão de iniciativas de doação. Sob a ótica de Marques (2021) e Cunha *et al.* (2015), a carência de artefatos gerenciais profissionais e auditáveis no ambiente eclesiástico e associativo faz com que propostas tecnológicas que facilitem transações monetárias sejam vistas com ressalvas pelas lideranças locais, devido ao risco potencial de desvios de finalidade ou falhas de controle. Por fim, alinhando-se aos diagnósticos de Dagnino (2008), a adequação sociotécnica deve considerar as condições de uso, os recursos disponíveis e as necessidades das organizações e comunidades envolvidas. Esses aspectos são elementos de análise e hipóteses explicativas, não causas comprovadas para a ausência das soluções identificadas no levantamento.

Dentre as poucas ferramentas que conseguiram romper essa barreira institucional e estão disponíveis ao público, a análise detalhada do aplicativo DOEI revelou uma orientação estritamente voltada para causas financeiras com metas preestabelecidas, como campanhas para aquisição de itens específicos a serem utilizados em uma ONG especifica de assistência cadastrada dentro do aplicativo.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 21/09/2026 - **Accepted:** 14/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/p6yxjt88
Pages: 1-23

Embora apresente recursos modernos, como o cadastro de cartões de crédito para contribuições recorrentes (mensais ou anuais), a plataforma exibe barreiras operacionais importantes: foi observada uma taxa de conveniência de aproximadamente 3,66% sobre o valor repassado. Durante os testes, também foram identificadas limitações na localização das entidades e na disponibilidade de informações consolidadas sobre arrecadações e destinação dos recursos; em alguns casos, as informações complementares dependiam de acesso às redes sociais das instituições. Ressalta-se que os testes foram realizados em abril de 2026, podendo a plataforma ter passado por alterações posteriores.

Por sua vez, o SOLIDARIZANDO destaca-se por focar na captação de mão de obra voluntária, presencial e remota, para os projetos cadastrados e na triagem de itens físicos demandados pelas instituições inscritas, permitindo que o doador realize a busca de iniciativas por meio da localização geográfica. Contudo, a plataforma depende da organização do transporte pelo próprio usuário e não apresentou, nos testes realizados, sistema integrado de coleta compartilhada ou roteirização. Além disso, estabelece um prazo em horas para que o doador se desloque e realize a entrega presencial do item no endereço indicado, o que pode representar uma barreira logística para determinados usuários. Por outro lado, a disponibilização dos endereços permite identificar os locais de entrega das doações.

Finalmente, o OLIO destaca-se como uma plataforma eficiente de economia circular voltada ao compartilhamento de alimentos e itens de utilidade doméstica com pessoas da mesma vizinhança. O propósito central da ferramenta é combater o desperdício local, conectando indivíduos que possuem comida ou objetos sobressalentes a quem necessita deles. Trata-se do aplicativo com o maior número de downloads entre os *benchmarks* mapeados. Por meio do recurso de geolocalização, o sistema solicita o posicionamento em tempo real do usuário para listar produtos gratuitos disponíveis em um perímetro configurável de até 25 quilômetros, intermediando o contato por meio de um chat direto entre particulares (*peer-to-peer*). Contudo, os testes empíricos identificaram limitações para sua utilização no contexto avaliado: a interface observada não estava disponível em

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 21/09/2026 - **Accepted:** 14/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/p6yxjt88
Pages: 1-23

português e, na localização utilizada nos testes, em Medianeira, Paraná, o filtro de proximidade não retornou doações ativas no raio selecionado. Também não foram identificados, durante a análise, relatórios públicos consolidados de auditoria institucional. Esses achados se restringem à versão e às condições observadas em abril de 2026, não permitindo generalizações sobre o desempenho da plataforma em outras localidades.

4.2. A Lacuna de Localização e a Opacidade na Prestação de Contas

A confrontação dos dados empíricos com a realidade geográfica de municípios do interior, tendo como referência a cidade de Medianeira, no estado do Paraná, evidenciou o fenômeno do vazio tecnológico territorial. Durante os testes baseados em coordenadas de geolocalização, o aplicativo *SOLIDARIZANDO* indicou como projeto parceiro mais próximo uma iniciativa localizada a 117 quilômetros de distância do usuário. Situação ainda mais crítica foi verificada no aplicativo *OLIO*, cujo filtro de proximidade fixado em um raio de 25 quilômetros não retornou nenhuma ocorrência de itens disponíveis ou doadores cadastrados. O aplicativo *DOEI*, por sua vez, sequer disponibiliza ferramentas de filtragem por localidade ou busca regionalizada, impedindo a visualização de demandas sociais do entorno do doador.

Essa distância geográfica e operacional se soma a um gargalo ainda mais agudo e comum a todos os *benchmarks* analisados: a opacidade de destinação. Embora os aplicativos exibam em seus painéis estatísticas gerais de arrecadação acumulada ou históricos individuais de transações (como as doações já realizadas por aquele login específico), nenhuma das plataformas fornece relatórios estruturados de *accountability* social pós-alocação. O doador não tem acesso a comprovações visuais (galeria de fotos do recebimento), não é informado sobre o tempo decorrido entre a coleta e o consumo do insumo, e não dispõe de balanços mensais por macroitens que atestem o impacto real daquela ação no público assistido.

Essa ausência de visibilidade obstaculiza a aplicação dos artefatos gerenciais no terceiro setor e afeta a governança, gerando desconfiança e limitando o engajamento comunitário perene (CUNHA *et.al*, 2015).

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 21/09/2026 - **Accepted:** 14/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/p6yxjt88
Pages: 1-23

4.3. Framework de diretrizes de propriedade intelectual para tecnologias sociais digitais

A superação das lacunas identificadas nos *benchmarks* comerciais exige que a concepção de futuras plataformas sociais digitais de doação adote a Propriedade Intelectual como uma diretriz de desenho metodológico e governança institucional, transformando os códigos lógicos em tecnologias sociais legítimas. Propõe-se, a partir dos dados discutidos, o seguinte framework de diretrizes:

1. Garantia de soberania metodológica por registro de software**:** As entidades e universidades desenvolvedoras devem depositar o registro de programa de computador no INPI (Lei nº 9.609/1998). Esse registro deve estar atrelado a licenças de licenciamento comunitário e de código aberto restritivo (*Copyleft*). Isso barra juridicamente a apropriação do software por empresas mercantis e assegura a portabilidade e replicação gratuita da solução para diferentes instituições filantrópicas, Ongs e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos.

2. Blindagem reputacional via proteção de marca: A marca e a identidade visual da iniciativa social de doações devem obrigatoriamente ser objeto de depósito de registro de marca na classe de serviços sociais correspondente (Lei nº 9.279/1996). A titularidade formal da marca impede a proliferação de aplicativos clones maliciosos nas lojas virtuais que simulem o nome da instituição criadora para desviar doações ou capturar dados pessoais em desconformidade com a LGPD.

3. Adequação sociotécnica de interfaces: O desenho das telas e o fluxo de interação gráfica do usuário devem ser protegidos como desenho industrial ou tutelados sob a lógica de direitos autorais de interfaces. O foco metodológico desse design deve ser a usabilidade inclusiva (linguagem acessível, navegação simplificada, ícones intuitivos para populações de baixo letramento digital), garantindo que a tecnologia atenda às diretrizes de simplicidade, baixo custo e facilidade de aplicação comunitária (ITS Brasil, 2004).

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 21/09/2026 - **Accepted:** 14/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/p6yxjt88
Pages: 1-23

4. Alinhamento com critérios de fomento nacional: A conformidade com as diretrizes de PI descritas capacita as OSCs e as ICTs parceiras a validarem suas ferramentas nas instâncias do marco legal de CT&I, inserindo as metodologias em plataformas como o *Transforma* da Fundação Banco do Brasil. A regularização dos ativos intangíveis confere pontuação estratégica na disputa por editais de subvenção e recursos de emendas parlamentares voltadas à inovação social, solucionando o histórico problema da descontinuidade financeira dos projetos comunitários.

5. Conclusão

A análise comparativa das ferramentas comerciais vigentes de gerenciamento de doações (*DOEI, SOLIDARIZANDO e OLIO*) demonstrou que, apesar de trazerem funcionalidades modernas de processamento de pagamentos e geolocalização, essas plataformas falham ao desconsiderar as assimetrias regionais do interior do país e ao negligenciar o fluxo transparente de *accountability* pós-doação. Os vazios de cobertura geográfica e a cobrança de taxas financeiras operacionais evidenciam a necessidade de modelos alternativos orientados pela solidariedade e pela adequação sociotécnica.

Como principal contribuição conceitual e prática, este estudo propõe diretrizes para integrar a gestão da propriedade intelectual à governança de soluções digitais voltadas ao terceiro setor. O registro de software e de marcas junto ao INPI, quando pertinente e associado à definição de licenças e regras de uso compatíveis com os objetivos da iniciativa, pode contribuir para a organização, a identificação e a disseminação das soluções. Entretanto, esses mecanismos não garantem, isoladamente, a replicabilidade, a transparência ou a sustentabilidade das plataformas, que também dependem de condições técnicas, organizacionais, financeiras e sociotécnicas.

As principais limitações desta pesquisa residem no caráter dinâmico das atualizações e da disponibilidade de softwares nas lojas digitais, o que restringe o diagnóstico empírico ao cenário verificado em abril de 2026. Adicionalmente, reconhece-se como limitação o recorte focado em plataformas comerciais e registros

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 21/09/2026 - **Accepted:** 14/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/p6yxjt88
Pages: 1-23

oficiais, o que deixou à margem do escopo analítico a volumosa produção de trabalhos de conclusão de curso (TCC) e dissertações acadêmicas que propõem protótipos e modelos conceituais de aplicativos para o Terceiro Setor.

Diante disso, sugere-se para investigações futuras a realização de uma investigação diagnóstica de caráter retrospectivo sobre a produção científica universitária na área, buscando mapear o estágio de desenvolvimento e implementação dessas soluções, sua eventual adoção pelas organizações sociais e os fatores associados à continuidade ou descontinuidade de seu uso. Esse aprofundamento poderá ajudar a verificar se as dificuldades identificadas na disponibilização de algumas soluções estão relacionadas à transferência de tecnologia, à manutenção, à adoção institucional ou a outros fatores, sem pressupor previamente suas causas.

Ainda sob a perspectiva de trabalhos futuros, recomenda-se o desenvolvimento de pesquisas de campo do tipo *survey* ou grupos focais com trabalhadores voluntários e doadores, com o objetivo de analisar a sua relação com a transformação digital e mensurar o seu grau de aceitação, resistência e engajamento frente a novos fluxos abertos, automatizados e auditáveis de prestação de contas no ecossistema de doações. Tais estudos serão fundamentais para avaliar a adequação sociotécnica e as condições de sustentabilidade das ferramentas propostas, alinhando a inovação tecnológica aos valores de solidariedade e governança participativa indispensáveis ao terceiro setor.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 21/09/2026 - **Accepted:** 14/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/p6yxjt88
Pages: 1-23

Referências

Assaf Neto, Alexandre, Adriana Maria Procópio de Araújo e Mariana Simões Ferraz do Amaral Fregonesi. "Gestão baseada em valor aplicada ao Terceiro Setor." Gestão de empresas do terceiro setor, FEA-RP/USP, 2006. Série Texto para Discussão.

Brasil. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação: guias e diretrizes operacionais. MCTI, 2024.

Costa, Ivan Americano da. "Extensão universitária enquanto metodologia para expansão de tecnologia social no contexto brasileiro." Revista FT, vol. 29, no. 146, 2025, pp. 12-25.

Cunha, Oswaldo Cândido, et al. "Utilização dos artefatos gerenciais nas entidades religiosas no Brasil." Revista de Administração de Roraima - RARR, vol. 5, no. 1, 2015, pp. 42-61.

Dagnino, Renato. Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico: um debate sobre a tecnociência. Editora da Unicamp, 2008.

Fundação Banco do Brasil. Transforma: plataforma de tecnologias sociais e editais de fomento. FBB, 2026, https://transforma.fbb.org.br/. Acesso em: 7 jun. 2026.

Gil, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7ª ed., Atlas, 2019.

Instituto de Tecnologia Social. Conceituando Tecnologia Social. ITS Brasil, 2004, http://www.itsbrasil.org.br. Acesso em: 7 jun. 2026.

Madeira, Felicia Reicher e Miriam Ribeiro Biancardi. "Desafio das estatísticas do Terceiro Setor." São Paulo em Perspectiva, vol. 17, no. 3-4, 2003, pp. 177-184.

Marques, Airton Tadeu. Gestão contábil nas organizações da sociedade civil. 2021. Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Dissertação de Mestrado Profissional.

Neder, Ricardo T. "Direitos de propriedade comum das tecnologias sociais como ambiente de inovação social." Tecnologias sociais: ferramenta para construir outra sociedade, organizado por Ricardo T. Neder, Editora da Unicamp, 2009, pp. 15-35.

Osoegawa, Diego Ken e Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves. "Inovações e tecnologias sociais: bases conceituais e princípios epistemológicos para a sustentabilidade e bem-viver." Revista Videre, vol. 16, no. 34, 2024, pp. 53-79.

Pichetti, Roni Francisco. Tecnologia social nos núcleos de inovação tecnológica dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia brasileiros. 2018. Fundação Universidade Regional de Blumenau, Dissertação de Mestrado.

Prodanov, Cleber Cristiano e Ernani Cesar de Freitas. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ª ed., Feevale, 2013.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 21/09/2026 - **Accepted:** 14/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/p6yxjt88
Pages: 1-23

Santos, Edison Luís dos. "Tecnologias sociais: um novo modo de fazer e pensar é possível." Extraprensa - Cultura e Comunicação na América Latina, vol. 17, no. 1, 2023, p. e219246.

Scherer, F. L., et al. "Transformação digital no Terceiro Setor: desafios e oportunidades para as OSCs." Revista de Administração Contemporânea, vol. 27, no. 3, 2023, pp. 115-132.

Souza, Rodolfo Amorim Carlos de. Burocratização, tecnologia e organizações do Terceiro Setor: um estudo comparado entre Organizações de Desenvolvimento e Assistência Social no Brasil. 2009. Universidade Federal de Minas Gerais, Dissertação de Mestrado.

Verhoef, P. C., et al. "Digital transformation: A multidisciplinary reflection and research agenda." Journal of Business Research, vol. 122, 2021, pp. 889-901, https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2019.09.022.

Vial, Gregory. "Understanding digital transformation: A review and a research agenda." The Journal of Strategic Information Systems, vol. 28, no. 2, 2019, pp. 118-143.

CC BY